

GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES

Resolução Nº 79/1993 de 5 de Agosto

de 5 de Agosto

Considerando que a realização da obra de prolongamento e valorização da orla marítima de Ponta Delgada ofereceu a oportunidade de, pelo Governo, serem proporcionados meios de expansão do Clube Naval de Ponta Delgada, tendo-se, para o efeito, projectado e construído instalações para albergar esta colectividade, como dinamizadora que é das actividades e desportos náuticos;

Considerando que, pela Resolução n.º 83/92, de 30 de Abril, já foi concedida à referida colectividade a exploração dos dois pisos inferiores do edifício situado a nascente do prolongamento da Avenida Marginal, da Rampa do Varadouro, do Cais de Alagem e dos pontões do Passadiço E, a nascente da Marina;

Considerando, por último, ter-se atingido o montante de concretizar a citada concessão.

Assim, no uso dos poderes que lhe são conferidos pela alínea h) do artigo 56.º do Estatuto Político - Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o Governo resolve:

1 -Aprovar a minuta do contrato, a qual é publicada em anexo a esta resolução, de que faz parte integrante, para a concessão da exploração dos dois pisos inferiores do edifício situado na parte nascente do prolongamento da Avenida Marginal de Ponta Delgada, da Rampa de Varadouro, do Cais de Alagem e dos postos do Passadiço "E" a nascente da Marina, ao Clube Naval de Ponta Delgada, a título gratuito e por tempo ilimitado, sem prejuízo de, a todo o tempo, ser considerada caduca e feita cessar, por despacho do Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações, se lhe for dada utilização de âmbito diverso da actividade do clube ou por cumprimento de quaisquer obrigações expressas e assumidas no contrato.

2 -Delegar no Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações o poder de, por despacho, designar o representante da Região Autónoma dos Açores na outorga e assinatura do contrato em causa.

Aprovada em Conselho, Santa Cruz das Flores, 19 de Julho de 1993.- O Presidente do Governo, João Bosco Mota Amaral.

Anexo

Contrato de concessão

Contrato para a concessão da exploração dos dois pisos inferiores do edifício situado na parte nascente do prolongamento da Avenida Marginal de Ponta Delgada, da Rampa de Varadouro, do Cais de Alagem e dos postos do Passadiço "E", situado a nascente da Marina, ao Clube Naval de Ponta Delgada.

Aos dias do mês de mil novecentos e noventa e três, nesta cidade de Ponta Delgada e na Secretaria Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações, perante mim, Sérgio de Oliveira Rodrigues, exercendo as funções de notário privativo desta Secretaria Regional, conforme poderes que me foram conferidos ao abrigo do disposto no Decreto Regulamentar Regional número vinte e nove barra oitenta e nove barra A, de vinte de Setembro por despacho conjunto dos Secretários Regionais da Administração Interna, das Finanças e Planeamento e da Habitação e Obras Públicas, datado de vinte e um de Novembro de mil novecentos e noventa, compareceram os seguintes outorgantes.

Primeiro outorgante: A Região Autónoma dos Açores, Pessoa Colectiva número seiscentos e setenta e dois milhões, quinhentos e trinta e nove, representada por José Manuel Rodrigues Marques, casado, natural de Moçambique, e residente na Rua Ilha do Corvo, número treze, exercendo o cargo de director regional de Estradas, conforme poderes que lhe foram concedidos por Despacho de Sua Excelência o Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações datado de

Segundo outorgante: O Clube Naval de Ponta Delgada, possuidor do cartão de identificação de pessoa colectiva número, com sede na Avenida Kopke, na cidade de Ponta Delgada, aqui representado pelo seu presidente da direcção, Jaime Carvalho de Medeiros, natural de Santo

António, concelho de Ponta Delgada, e residente na E.R. 3-1 .ª, número quinhentos e sessenta e três, e com poderes bastantes para a realização deste acto.

Verifiquei a identidade dos outorgantes por conhecimento pessoal e a qualidade em que outorga o segundo por procuração datada de mil novecentos e noventa e três.

Disse o primeiro outorgante que, pela a sua representada Região Autónoma dos Açores, através da Secretaria Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações, cede ao segundo outorgante, de acordo com a Resolução do Conselho de Governo número oitenta e três barra noventa e dois (83/92), de trinta de Abril, a exploração dos dois pisos inferiores do edifício situado na parte nascente do prolongamento da Avenida Marginal de Ponta Delgada, da Rampa de Varadouro, do Cais de Alagem e dos Postos do Passadiço "E", situado a Nascente da Marina", nas cláusulas e condições seguintes:

Artigo 1.º: A concessão objecto do presente contrato será gratuita e por tempo ilimitado, podendo contudo cessar, por despacho do Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações, se lhe for dada utilização de âmbito diverso da actividade do Clube Naval de Ponta Delgada, ou por incumprimento por parte deste de quaisquer obrigações assumidas no presente acto.

Artigo 2.º: O Clube Naval de Ponta Delgada, obriga-se, a proceder à vigilância das instalações e à manutenção da ordem, asseio e limpeza das áreas cuja exploração lhe é concedida.

Artigo 3.º: O Clube Naval de Ponta Delgada, será responsável pela conservação dos bens que lhe são concedidos e obriga-se a manter em permanente bom estado de funcionamento e a substituir de sua conta e responsabilidade todos aqueles que se destruírem ou se mostrarem inadequados para os fins a que se destinam, por desgaste físico, avaria, deterioração, ou por se tomarem obsoletos.

Artigo 4.º: A Secretaria Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações, promoverá a instalação de um guincho, necessário à alagem de embarcações, e as reparações dos danos que vierem a ser causados por temporais, assim como as dragagens que se mostrarem necessárias.

Artigo 5.º : À direcção do Clube Naval de Ponta Delgada assistirá a faculdade de ceder espaços para afixação de publicidade e fazer contratos com terceiros para exploração do tanque de aprendizagem de natação e do ginásio.

Artigo 6.º: O acesso de automóveis aos cais de alagem e zona da marina será restrito aos utentes da marina, do restaurante e das instalações ora cedidas ao Clube Naval de Ponta Delgada.

Artigo 7.º: Só é permitido o estacionamento de embarcações no cais de alagem e no da rampa varadouro, aos sócios do Clube Naval de Ponta Delgada e utentes da Marina, de acordo com o protocolo a celebrar entre o Clube Naval de Ponta Delgada e a Marinaçores, com aprovação da Secretaria Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Artigo 8.º: O presente contrato entra em vigor a partir da data da sua assinatura.

Artigo 9.º: Ambos os outorgantes na qualidade em que intervêm, aceitam o presente contrato a cujo cumprimento se obrigam.

Foram testemunhas presentes,